Governo de Minas inicia obras em barragens abandonadas pela Mundo Mineração
Seg, 13 de Maio de 2019 17:39

Foto: Valquiria Lopes



O ***secretário-adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Anderson Aguilar, lembrou que o monitoramento e as avaliações ambientais realizadas pelo Estado nunca deixaram de acontecer***

local.

OBRAS

As obras compreendem o envelopamento dos resíduos, a recomposição de vegetação e drenagem da área, além das movimentações de maciços de terra, com escavação, aterramento e compactação; execução de canais de drenagem periféricos; sondageto;

Em 2017, foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre a Feam, Semad, Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop), Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBM), Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec), Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e a Prefeitura de Rio Acima, a fim de elaborar estudos, projetos e ações para cumprimento à ação judicial movida pelo MP.

Também em 2017, foi realizada, por meio de um grupo coordenador, a licitação para o desenvolvimento do projeto de descaracterização das barragens, com as especificações técnicas adequadas. O referido projeto foi licitado pela Copasa e as obras civis já estão sendo executadas.

Destaca-se que o Estado de Minas Gerais continua mantendo uma rotina periódica de monitoramento na área, inclusive da qualidade dos mananciais de abastecimento utilizados pela Copasa. Existe, também, um planejamento de vistorias extraordinárias no empreendimento, na hipótese de algum evento climático anormal, ou se as vistorias de rotina apontarem algum fato incomum.

Face às competências federais previstas na Política Nacional de Segurança de Barragens, Lei Federal nº 12.334/2010, o Governo Estadual oficiou as autoridades federais para também fiscalizarem a estrutura.

O Sisema e a Copasa entendem que é inadmissível que toda a sociedade tenha que arcar com gastos públicos diante da irresponsabilidade desses empreendedores. Mas o Estado teve que assumir tal responsabilidade em decorrência da situação de abandono das barragens.

Edwaldo Cabidelli
Ascom/Sisema